

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 23/Fev



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 29172023



RIO GRANDE DO SUL

NOVA DIRETORIA DO SINDICATO TOMA POSSE PARA A GESTÃO 2023-2027



A diretoria que assume foi eleita ano passado

O Uma confraternização festiva na colônia de férias do Sindivigilantes do Sul, na Praia do Magistério, domingo (19), marcou a posse da nova diretoria do sindicato para a gestão 2023-2027, que tem Loreni Dias como presidente reeleito. Estavam presentes vigilantes da capital, do interior e convidados, entre eles

o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura Santos, e o presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci.

A direção que assume foi eleita ano passado e começa seu mandato oficialmente quarta-feira (22). É a terceira gestão de Dias à frente do sindicato.



Boaventura, com o presidente Dias e a diretora Elisa

Ao falar para os presentes, Boaventura destacou a representatividade dessa diretoria, com a presença de diversas mulheres na sua composição, “o que demonstra uma mudança significativa no perfil da categoria”, assim como a participação de muitos jovens na nominata, “porque também é uma categoria em processo de renovação”, destacou.

Segundo Boaventura, a geração de Dias e outros com cerca de 40 anos de militância traz na sua história conquistas como o colete à prova de balas, risco de vida, Dia Nacional do Vigilante e a aposentadoria especial, mas ressaltou que a nova geração de vigilantes tem novos desafios.

Entre esses desafios, estão “a luta para conquistar um piso nacional, a aprovação do estatuto da segurança privada para a atualização da legislação do setor e a efetividade da aposentadoria especial do vigilante e tantas outras demandas e necessidades da categoria”.

O presidente da CNTV citou ainda o desafio de lutar para manter o mercado de trabalho diante das novas tecnologias, como o Pix e os drones, que reduzem as vagas de vigilantes no transporte de valores, na vigilância de áreas abertas e outras funções.

Senador Paulo Paim

O senador Paulo Paim (PT), um grande aliado das causas dos vigilantes no Senado, enviou um vídeo de saudação à nova direção e à categoria. “É com imensa alegria que quero saudar a nova diretoria desse sindicato, da gestão 2023-2027, que está tomando posse, e em teu nome, Dias, cumprimento toda a diretoria, todos os trabalhadores dessa importante categoria”, disse o Senador.

“Quero dar meus parabéns e desejar boa sorte à nova diretoria, na certeza que podem contar sempre com nosso apoio, somos companheiros e amigos em todos os momentos, vida longa ao Sindivigilantes do Sul e ao povo brasileiro”, completou.

“Para nós é uma honra estar participando dessa posse porque há anos participamos, juntamente com o companheiro Dias e com outros diretores que são mais antigos, dessa luta que não é fácil, pelos direitos e conquistas dos trabalhadores da categoria. Estamos aqui para comemorar com vocês, um abraço a todos e uma boa gestão para essa nova diretoria”, disse o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pelotas, Marcelo Pucinelli Alves.

Já o presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci, cumprimentou a nova diretoria e destacou que a luta dos vigilantes é a mesma da classe trabalhadora, por trabalho digno e pela construção de um novo país, mais justo e soberano.

“Boa gestão, boa luta, a categoria está de parabéns porque reconduziu esta direção à frente dos vigilantes e contem com a CUT, porque nós todos temos que estar juntos na luta para reconstruir o país, para que o Brasil volte para as mãos dos trabalhadores e trabalhadoras de

onde nunca deveria ter saído, viva os vigilantes, viva o Sindicato dos Vigilantes, viva a classe trabalhadora”, conclamou Amarildo.

Também se manifestaram com cumprimentos e desejos de sucesso à nova gestão o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Uruguaiana, Luis Carlos Corrêa da Silva, o vereador de Alvorada Júlio Bala (MDB); Bruno Matos, representando a deputada federal Denise Pessôa (PT-RS) e Marcelo Carlini, da direção estadual da CUT-RS.

Metas da nova direção

Ao final do ato de posse, Dias agradeceu a presença de todos que prestigiaram o evento, destacando que os sindicatos continuam sendo muito importantes para os trabalhadores e trabalhadoras pois, segundo ele, até mesmo quem diz que não gosta do sindicato vem pedir ajuda do sindicato quando acontecem crises, como a que está atingindo uma grande empresa de vigilância do Estado, a Seltec, neste momento.

“Esta diretoria que está assumindo agora, já estava na luta bem antes da posse”, afirmou o presidente, destacando que na gestão dele o sindicato passou a atuar realmente em todo o Estado, na capital e no interior, no litoral, nas Missões, na Região Carbonífera, “onde o trabalhador estiver nós estamos lutando por ele”, garantiu.

Entre as metas da diretoria que assume, estão a continuidade da luta pela valorização da profissão, por melhores salários e melhores condições de trabalho, a aprovação do estatuto da segurança privada, aprovação do projeto

anticalote e das cotas de vagas para as mulheres nos contratos, o combate às empresas picaretas e a defesa da aposentadoria especial, além do fortalecimento da atuação do sindicato junto às bases da capital e do interior.

Também se manifestou o vice-presidente da direção anterior, Luiz Paulo Motta, que assume novo mandato como diretor, agradecendo o apoio da categoria.

Integram a nova diretoria:

- Loreni dos Santos Dias
- Marieli Vieira da Silva
- Claudia Loris de Oliveira Molina
- Luiz Henrique Aguiar da Silva
- José Airton de Souza Trindade
- Luis Paulo Ribeiro Motta
- Jeferson Vieira da Silva
- Ilson dos Santos Pereira
- Sílvio Roberto Ravel Pereira
- Cristilorem da Luz
- Marcos Gesiel Soares da Cunha
- Fabiano Sanhudo Machado
- Ivo Gomes dos Santos
- Paulo Roberto Lima Dias
- Cris Fabiane de Oliveira Maia Teixeira
- Sílvio Roberto Ravel Pereira Júnior
- Sílvio Luiz Garcia dos Santos
- Elisa Mello de Araujo
- Vilson Ricardo da Cruz Padia
- Jonata da Silva Nunes
- Maria Elair da Silva
- Márcio Ribeiro de Almeida
- Jefferson Benites Valle
- Moisés Araujo de Melo

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

VIGILANTES DA BAHIA

BOLETIM INFORMATIVO



"PARA ASSINAR A CCT E VALIDAR O AUMENTO DE SALÁRIO, O SINDICATO QUER OUVIR OS VIGILANTES"

O filme se repete: O patronato busca tirar proveito da negociação coletiva e condiciona a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2023 e a validação do reajuste salarial na data-base de 1º de fevereiro à inclusão de cláusula PERMITINDO serviços EXTRAS na jornada 12/36 horas. Pela proposta, caso os Sindicatos autorizem na CCT e o trabalhador concorde individualmente, poderão prestar alguns plantões na folga para cobrir reciclagem, atestados, etc. Esses serviços são pagos como horas extras. Neste ano já comemorávamos a possibilidade de assinatura da CCT antes da data-base. As diretorias dos Sindicatos trabalharam duro para isto, realizando assembleias nos meses de dezembro e janeiro em todo o estado, considerando todas as suas particularidades e desafios, entregou a Pauta de Reivindicações ao patronato ainda em dezembro e se reuniu com eles logo no início de janeiro.

Chegamos ao um consenso antes do dia 20 de janeiro, conforme nossos informativos e redes sociais, possibilitando uma histórica conclusão da negociação antes da data-base, garantindo uma reposição de 100% da inflação de 2022 (5,93%), mais 2,43%, aplicando-se tais percentuais nas demais cláusulas econômicas, além de trazer a data-base para 1º de janeiro em 2024, trazendo para a mesma data de reajuste do salário mínimo. E tudo isso foi devidamente acordado, tratado e aprovados em assembleias da categoria, gerando inclusive uma boa expectativa nos demais ambiente de negociação e partes envolvidas (trabalhadores, patrões e contratantes).

Estávamos prontos para assinar a CCT por volta do dia 20 a 25 de janeiro, mas eis que o patronato condiciona a assinatura na Convenção à autorização dos Sindicatos para realização de serviços extras para o Vigilante da jornada 12/36. Nos últimos dias, nos debruçamos sobre a tal proposta, verificamos redação (inicialmente tinha algumas situações prejudiciais, que foram retiradas, como o não pagamento de serviço extra, mesmo o vigilante trabalhando, se a jornada mensal não atingisse 192 horas) do texto e diante do impacto do tema junto categoria, as diretorias dos Sindicatos resolveram ouvir as opiniões dos Vigilantes.

O tema mexe com sua vida e, sendo assim, a sua decisão é fundamental.

Diante do resultado da consulta definiremos sobre a conclusão da negociação ou outro rumo a ser tomado pela categoria.

(71) 3525-6520

Rua do Gravatá, 23, Nazaré

imprensa@sindvigilantes.org.br

<http://sindvigilantes.org.br/>



A hora é agora.

Clique no link e faça valer a sua decisão.

É rápido e fácil!

Você vai ajudar a aumentar o alcance de nossa mobilização.

Não perca tempo e vote agora!



Natal/RN 17 de fevereiro de 2023
Informativo de responsabilidade do Sindforte-RN
Ano XIII N. 04

O Sindicato Estadual Dos Trabalhadores Vigilantes Em Transporte De Valores, Carro Forte, Escola Armada, Carro Leve E Trabalhadores Do Caixa Forte E Tesouraria Bancaria Do RN – Sindforte



CAMPANHA SALARIAL 2023 SINDFORTE-RN

Nos dias, 14, 15 e 16, de Fevereiro o SINDFORTE/RN, fez as suas Assembleias de campanha salarial, trazendo para a sua categoria uma proposta que pudesse ser aprovada ou não pelos trabalhadores, historiando a trajetória desta proposta, começamos com a campanha desde setembro com os trabalhadores, aprovando em Assembleia a minuta de reivindicação onde os mesmos chegaram ao denominador comum que seria satisfatória para a categoria, desde então, começou a luta com vários debates com a classe patronal, onde os mesmos, sendo muito resistente nas propostas dos trabalhadores, estavam sempre querendo mexer nas nossas cláusulas da CCT, prejudicando ainda mais a classe trabalhadora, com tudo, a comissão de negociação da parte dos trabalhadores formada pelos diretores, Antonio Fernandes da Rocha Junior Rômulo Pessoa e Alexandre Lima, junto com o jurídico do SINDFORTE – Dr. Oderley Rezende Santiago, sempre atentos as propostas que vinham do lado dos patrões, e sempre consultando a categoria, e que sempre resistentes, não deixaram que a comissão de negociação dos patrões tivessem êxito.

O SINDFORTE/RN, a tempos vem dizendo que, **" O TAMANHO DA NOSSA VITÓRIA, DEPENDE DA GRANDEZA DA NOSSA LUTA "**, porque, sabemos da nossa força, sabemos até onde podemos chegar e o que fazer para ter mais conquistas e isso nós só conseguimos com a UNIÃO dos trabalhadores. Desde 2011, quando o sindicato foi criado, travamos diversas batalhas para chegar em uma das melhores

Convenções Coletivas de Trabalho do Nordeste, é aí que a categoria deve ficar atenta, devemos atender ao chamado das mobilizações para que tenhamos melhores condições de trabalho, teremos agora o encontro dos sindicatos do Nordeste, onde firmaremos novamente a nossa força para que nas mobilizações e intervenções, possamos estar mais fortes do que nunca.

Sofremos um verdadeiro ataque a classe trabalhadora quando houve a implantação das reformas trabalhista e previdenciárias sendo que, nós da comissão de negociação não deixamos que a classe patronal mexesse na nossa CCT, onde a todo tempo eles insistem em implantar mais maldades em tirar o mínimo de integridade que nós trabalhadores precisamos, portanto, nesta quebra de braço de Sindforte-RN e patrões, o Mediador Claudio Gabriel da SRTE, acabou lançando na mesa uma proposta que pudesse contemplar os dois lados, que foi, o percentual do período linear que foi 5,97% no salário e no ticket e 8% para o Vigilante de Base, mantendo todas as cláusulas da Convenção Coletiva. Com isso tivemos a condição de trazer para o trabalhador há proposta lançada pelo Mediador, para que as categorias dos trabalhadores pudessem aprovar ou não, então foi colocada em votação nas Assembleias e foi aprovada por sua maioria, no entanto, para o ano que vem a categoria entende que, precisa tomar atitudes junto aos demais sindicatos para melhorar as condições de trabalho e por mais respeito a nossa classe.

SEPARADOS SOMOS FRACOS, UNIDOS SOMOS IMBATÍVEIS

Laércio quer criar Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições

O senador Laércio Oliveira (PP-SE) apresentou seu primeiro projeto na Casa. O PL 363/2023 cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras e passa a considerar a segurança privada e das dependências das instituições financeiras matéria de interesse nacional. Também veda a prestação de serviços de segurança de forma cooperada ou autônoma e a participação de instituições financeiras no capital de empresas de segurança privada.



O PRIMEIRO PROJETO DE LAÉRCIO OLIVEIRA COMO SENADOR CRIA O ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA E DA SEGURANÇA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. A PROPOSTA REGULA O USO DE ARMAS POR PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, QUE DEVERÃO TER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA POLÍCIA FEDERAL. A REPÓRTER MARCELLA CUNHA TEM AS INFORMAÇÕES

Após três mandatos consecutivos como deputado federal, Laércio Oliveira, do PP de Sergipe, apresentou sua primeira proposta no Senado.

O texto cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.

A norma passa a considerar a segurança privada e das dependências das instituições financeiras matéria de interesse nacional.

E veda a prestação de serviços de segurança de forma cooperada ou autônoma. A autorização prévia e a fiscalização da atividade caberá à Polícia Federal, que deverá criar um sistema informatizado para cadastrar as empresas e os profissionais de segurança e expedir um documento de identificação.

A PF também ficará encarregada de aprovar os modelos de uniformes adotados, fixar os critérios para a definição da quantidade produtos controlados, como munições e coletes de proteção balística, e autorizar o porte e o transporte armas.

O texto apresentado também lista os serviços de segurança privada que deverão ser regulados, como vigilância, eventos, transportes coletivos, estabelecimentos prisionais, portos e aeroportos.

O serviço de vigilante só poderá ser exercido por brasileiro nato ou naturalizado, com pelo menos vinte e um anos, que tenha sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica, com curso de formação específico e sem antecedentes criminais registrados na Justiça pela prática de crimes dolosos.

O projeto também altera o Estatuto do Desarmamento para estabelecer que as armas de fogo utilizadas pelos profissionais e empresas de segurança privada serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, e só poderão ser utilizadas quando em serviço. Para Laércio, é chegado o momento de o assunto ser discutido e aperfeiçoado.

O meu trabalho e da minha equipe já começou. Aproveito esta oportunidade para apresentar o meu primeiro projeto nesta Casa: o estatuto da segurança privada e da segurança das instituições financeiras, para dispor sobre os serviços de segurança de caráter privado. É hora de arregaçar as mangas, redobrar os esforços, lutar sem trégua contra os problemas que ainda encontramos em nosso país.

O tema já foi debatido em um projeto de autoria de Laércio enquanto deputado que estabelecia um piso salarial nacional para a categoria dos vigilantes. Aprovado pelo Senado em 2012, o texto sofreu mudanças na Câmara dos Deputados, que passou a incluir a atuação das empresas de segurança, regras para formação de profissionais e uso de armas. Em dezembro do ano passado, o projeto foi arquivado no Senado, como lembrou Laércio. Trata-se da

representação de projeto que já teve uma longa tramitação no Congresso Nacional. O substituto foi aprovado naquela Casa, na Câmara dos Deputados; retornou ao Senado, recebeu o parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais, mas, infelizmente, foi arquivado ao final da última Legislatura, em dezembro de 2022.

Peço o apoio dos colegas Senadores para que possamos levar adiante a discussão e a aprovação deste Plenário. Entre os principais pontos que geraram polêmica durante a tramitação da proposta está o que proíbe que instituições financeiras, como bancos e sociedades de crédito, tenham participação no capital de empresas de segurança privada.

O senador Randolfe Rodrigues, da Rede do Amapá, chegou a retirar este trecho, por entender que a medida diminuiria a concorrência e estimularia o oligopólio. Esse ponto foi mantido no projeto reapresentado pelo senador Laércio.

Sobre a segurança nas agências bancárias, o texto determina a presença de no mínimo dois vigilantes armados em horário de atendimento ao público, além de alarme, cofre com dispositivo temporizador e sistemas de circuito interno e externo de imagens. Se aprovado, as exigências deverão ser respeitadas por todas as agências do país em até 4 anos.

Da Rádio Senado, Marcella Cunha

FONTE: SENADO FEDERAL

STF nega ação do PT e torna constitucional impedir concurso público para endividado

O PT queria garantir direitos aos endividados, mas com a decisão do STF pessoas com dívidas em atraso poderão ser impossibilitadas de participar de concursos e ainda ter CNH e passaportes apreendidos



O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou ser constitucional que pessoas endividadas, com dívidas em atraso, possam ser impossibilitadas de participar de concursos públicos e licitações e também que elas possam ter apreendidas a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e seus passaportes. A decisão, referendada pela maioria dos ministros no último dia 10, foi divulgada nesta quarta-feira (15).

As apreensões de bens materiais e restrições são previstas em dispositivo do Código de Processo Civil (CPC) e podem ser autorizadas pela Justiça para “assegurar o cumprimento de ordem judicial”.

PT queria garantir direitos aos endividados

O aval do Supremo foi a resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida em 2018 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que questionava a legalidade das medidas coercitivas. O PT apontava que alguns juízes, para pressionar a quitação das dívidas, estavam determinando o confisco da documentação dos devedores. Segundo o partido, a medida coercitiva “não pode se dar sob o sacrifício de direitos fundamentais”.

Embora tenha votado pela improcedência do pedido, o relator da ação no STF, ministro Luiz Fux, concordou que o magistrado, ao aplicar as determinações, deve “obedecer aos valores especificados no próprio ordenamento jurídico de resguardar e promover a dignidade da pessoa humana”.

Ainda de acordo com Fux, a medida não pode “avançar sobre direitos fundamentais”. E deve também “observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade”.

STF limita bloqueios a outros devedores

Pela decisão do STF, endividados por compra de alimentos, por exemplo, estão livres da apreensão de CNH e passaporte, caso os tenham. Os débitos de motoristas profissionais também não poderão ser alvos das medidas coercitivas. O relator também destacou que a adequação das sanções deverão ser analisadas caso a caso. E qualquer abuso na sua aplicação poderá ser coibido mediante recurso.

Hoje, por lei, independentemente de sua origem, qualquer dívida poder ser cobrada judicialmente, caso o devedor não responda a alternativas tentadas para dar fim ao débito. Único voto contrário à decisão, o ministro Edson Fachin destacou o entendimento que as apreensões e restrições deveriam valer apenas para dívidas relacionadas a pensões alimentícias.

Recorde de endividados em 2022

Em 2022, os indicadores de inadimplência e endividamento no país bateram recorde. A cada 100 famílias brasileiras, pelo menos 78 estavam com débitos em aberto. É o que revelou a última pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em janeiro deste ano, 29,9% delas seguiam inadimplentes. O temor, segundo especialistas, é que o recorde seja novamente quebrado neste ano, diante dos juros elevados e dos mais pobres recorrendo a créditos para fazer frentes a despesas do dia a dia.

Em resposta ao problema, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende anunciar, ainda neste mês, o programa Desenrola, de renegociação de dívidas.

FONTE: CUT / Escrito por: Redação RBA

Trabalhador demitido que aderiu ao saque-aniversário deve ter direito a sacar o FGTS

Para ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, governo deve mudar regra do saque-aniversário do FGTS que impede que trabalhador demitido que aderiu ao programa saque o seu saldo por dois anos



MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse em entrevista que é preciso mudar as regras do saque-aniversário impostas pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), quando foi criado, em 2019. Isto porque quem aderiu ao programa se for demitido, não poderá sacar o seu saldo restante do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante dois anos. Além disso, os trabalhadores só receberão a multa de 40% do FGTS quando for demitido sem justa causa. Isso desprotege o trabalhador e a trabalhadora na hora que eles mais precisam, no desemprego.

Marinho afirmou que o tema será decidido

em março em reunião do Conselho Curador do FGTS, que a CUT faz parte como representante dos trabalhadores. O Conselho ainda é tripartite, formado ainda por representantes dos empresários e governo federal.

A ideia, segundo Marinho, é facilitar que uma pessoa desempregada não fique desamparada. “O que nós vamos imediatamente (fazer) é tirar o trabalhador da armadilha, em que um demitido não pode sacar o seu fundo”, disse o ministro em entrevista ao SBT News, nessa quinta-feira (16).

Marinho aponta que o sistema financeiro vem se utilizando do saque-aniversário como

garantia de empréstimos consignado e, por isso em sua percepção os bancos estão tomando o Fundo de Garantia dos trabalhadores e cobrando juros. “Por que nós vamos ficar retendo o dinheiro desse trabalhador, dessa trabalhadora? O que nós estamos fazendo hoje é crueldade que o governo anterior fez, para ser uma armadilha na mão dos bancos.”

Marinho citou exemplo de uma contratação de um empréstimo de R\$ 22 mil. Mesmo que o trabalhador tenha R\$ 50 mil de saldo do FGTS, todo o valor fica bloqueado como garantia da operação financeira.

O ministro ponderou, no entanto, que os bancos não vão tomar calote, acrescentando que sua equipe técnica está trabalhando numa regra.

O que o trabalhador perde com o saque-aniversário:

- o trabalhador que opta pelo saque-aniversário perderá o direito de sacar todo o saldo do seu fundo quando for demitido sem justa causa;

- e só receberá a multa de 40% do FGTS quando for demitido sem justa causa;

- o saldo da conta do FGTS do trabalhador demitido que optar pelo saque-aniversário ficará retido e só poderá ser resgatado para a compra da casa própria, por motivos de doença e desastre natural, aposentadoria ou morte (dependentes poderão sacar).

Saque aniversário pode aumentar endividamento do trabalhador

O quadro de endividamento do trabalhador tende a piorar porque os juros bancários são altos e eles estão comprometendo a poupança (FGTS) que garantiria uma segurança futura em caso de desemprego.

Normalmente o saque-aniversário pode ser feito uma vez ao ano. Por exemplo, quem tem R\$ 20 mil na conta pode retirar até 10% (R\$ 2.000) mais R\$ 1.900, o que totaliza R\$ 3.900 ao ano.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

No caso de empréstimos no mercado financeiro, o trabalhador pode comprometer até quatro saques-aniversário, o que totalizaria R\$ 15.600. Ou seja, até aquele momento, 78% do seu Fundo de Garantia serão utilizados para pagar um empréstimo, sem contar os juros cobrados pela financeira.

Prejuízo na geração de empregos

Além da desproteção do trabalhador, os saques-aniversário podem provocar menos dinheiro no Fundo de Garantia, que aplica em habitação e saneamento básico, áreas essenciais para a população e que empregam milhares de trabalhadores.

Os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço podem financiar ainda ações de infraestrutura, a modo de empréstimo, para que estados e municípios executem ações nas áreas de saneamento básico, mobilidade urbana e de habitação.

Na área de mobilidade, o programa financia ações de qualificação viária, transporte público coletivo de caráter urbano e transporte não motorizado (transporte ativo), além da elaboração de planos de mobilidade urbana e de projetos executivos. Ainda para o setor de mobilidade urbana, o FGTS é utilizado para financiar obras como de calçadas, sinalização viária e sistema de microdrenagem de águas pluviais.

Já para o setor de saneamento, o FGTS financia, por meio do Programa Saneamento para Todos, ações de abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos; manejo de águas pluviais; redução e controle de perdas; estudos e projetos; saneamento integrado; desenvolvimento institucional e Plano de Saneamento Básico.

Com informações da Folha

FONTE: Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF